


ID: 38	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 18	 ESG
Data: 02.07.2020		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

DORCB DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Carta de apoio à continuidade da ESGIN

A **Direção** da Organização Regional de Castelo Branco do Partido Comunista Português (DORCB do PCP) divulgou uma carta de apoio à continuidade da sede da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) naquele concelho raiano, reiterando a importância que a instituição tem na região, ao mesmo tempo que aponta o dedo à forma "ad hoc" como está a ser feita a reestruturação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCBr). A falta de verbas para pagar salários que foi tornada pública no final de 2019, "é fruto de um processo de subfinanciamento a que os sucessivos

governos têm sujeitado as instituições do ensino superior", revelando que "a verba transferida em Orçamento do Estado nem sequer cobre as despesas correntes". O PCP reforça as críticas ao Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), sobretudo no que diz respeito à existência de um Conselho Geral constituído por elementos externos da instituição, "o que confirma uma evidente primazia dada aos privados, no governo das instituições, em detrimento da gestão democrática constitucionalmente prevista, o que revela uma evidente menorização do papel dos

corpos académicos face a entidades externas". Por outro lado, "verifica-se uma subjugação e condicionamento da liberdade científica, pedagógica e da verdadeira autonomia a interesses alheios às instituições, sendo também de sublinhar a falta de participação e a ausência de gestão democráticas exigidas pela Constituição, envolvendo docentes, estudantes e funcionários". Posto isto, o PCP reafirma no mesmo documento a sua defesa de um aumento do financiamento do ensino e de uma verdadeira autonomia das instituições na sua organização e gestão, defendendo a

eliminação dos constrangimentos à contratação de docentes e não docentes consoante as necessidades e a promoção da participação de docentes, estudantes e funcionários numa gestão democrática, colocando-os em paridade nos órgãos de governo e de gestão. Defende também a perspetiva progressista e democrática para o desenvolvimento do ensino superior, numa visão unitária, com a possibilidade do ensino superior técnico conferir o grau de doutor, com o alargamento dos apoios a nível da ação social escolar e a maior proteção dos trabalhadores-estudantes.